

Boletim do GTVISA - ABRASCO

Grupo Temático de Vigilância Sanitária - Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - Ano I - Nº II - Outubro 2006

Novos estudos

Esta é a segunda edição do *Boletim do GTVISA-ABRASCO* - Grupo de Trabalho em Vigilância Sanitária - Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Neste mês, procuramos trazer um número maior de resumos de artigos para auxiliar quantitativamente o pesquisador ou o profissional da área de saúde.

Além disso, selecionamos alguns estudos relacionados à área de vigilância sanitária que analisam características de outras regiões do país com o intuito de ampliar o conhecimento do profissional do campo da Saúde Pública.

Mais uma série de consultas públicas poderão ser encontradas nesta edição, além dos principais congressos, simpósios e seminários que estão para acontecer no mês de outubro.

Assim, esperamos que esta leitura possa auxiliar de alguma forma o seu trabalho e o seu estudo, contribuindo para a troca de informações e o intercâmbio entre as diversas áreas da Saúde Coletiva.

Notícias

Foi publicado no Diário Oficial de 06/10/2006 a criação da Câmara Setorial de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados pela Anvisa. Mais informações: www.anvisa.gov.br

O III Simbravisa contabilizou mais de 1600 inscritos e foram aceitos mais de 1000 trabalhos científicos relacionados às áreas de Política e Gestão do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, Vigilância Sanitária e Práticas em Saúde, Objetos e Práticas em Vigilância Sanitária, Tecnologia e Saúde, História e Direito. Mais informações: www.simbravisa.com.br

No Congresso Mundial de Saúde Pública, diversos trabalhos abordando a doença AIDS foram apresentados, com destaque para estudos analisando a importância dos direitos reprodutivos em portadores do HIV. Mais informações: www.abrasco.org.br/noticias/noticia_int.php?id_noticia=100

Artigos

Vigilância da qualidade da água para consumo humano: a experiência de Vitória (ES)

Vigilância da Secretaria de Saúde do Município de Vitória no Espírito Santo adaptou as diretrizes do programa federal de Vigilância da Qualidade de Água para Consumo Humano atendendo às particularidades do mesmo. E estabeleceu avanços ao citado programa, com a elaboração de um “termo de compromisso” entre poder público e concessionária de abastecimento de água, em que metas e prazos foram negociados de forma a otimizar a qualidade da água para o consumidor, segundo critérios sanitários e epidemiológicos.

Autor: Dione da Conceição Miranda.

Revista: REVISA, out-dez 2005, vol. 1, nº 4, pp. 303-306.

Exposição ocupacional ao ruído e acidentes do trabalho

O objetivo deste estudo foi verificar se a exposição ocupacional ao ruído é um fator de risco relevante para acidentes do trabalho na cidade de Piracicaba, São Paulo, Brasil. Foi realizado um estudo caso-controle de base hospitalar. Os casos foram 600 trabalhadores entre 15 e 60 anos que sofreram acidentes ocupacionais típicos entre maio e outubro de 2004, atendidos na Central de Ortopedia e Traumatologia de Piracicaba. Os controles foram 822 trabalhadores entre 15 e 60 anos que sofreram acidente não ocupacional e receberam o primeiro atendimento no serviço ou foram trabalhadores acompanhantes dos acidentados. Foi ajustado um modelo de regressão logística múltipla, tendo como variável independente o acidente do trabalho, controlada por co-variáveis de interesse, entre elas a exposição ao ruído. Estimou-se que o risco de sofrer acidente do trabalho é cerca de duas vezes maior entre trabalhadores expostos ao ruído, controlado para diversas co-variáveis. A exposição ocupacional ao ruído não só deteriora a saúde auditiva do trabalhador, mas também se constitui em fator de risco para acidentes do trabalho.

Autores: Adriano Dias, Ricardo Cordeiro e Cláudia Giglio de Oliveira Gonçalves.

Revista: Cad. Saúde Pública, out 2006, vol. 22, nº 10, pp.2125-2130.

Atenção à Saúde no Domicílio: modalidades que fundamentam sua prática

A atenção domiciliar à saúde é um modelo em processo de expansão por todo o Brasil e desponta como um novo espaço de trabalho para os profissionais de saúde, tanto no âmbito público quanto no privado. Abrange quatro diferentes modalidades que foram selecionadas para estudo: atenção domiciliar, atendimento domiciliar, internação domiciliar e visita domiciliar. Cada uma dessas modalidades possui finalidades, objetivos e atividades específicas, o que torna necessária sua explicitação. Dessa forma, realizou-se esta revisão de literatura com o objetivo de identificar a bibliografia existente acerca dos termos utilizados para designar as modalidades. Considera-se necessário que os profissionais de saúde conheçam estas modalidades, pois provavelmente deparar-se-ão com elas, mesmo que não estejam atuando diretamente na atenção domiciliar à saúde. Reputa-se ainda que esse conhecimento seja importante para que a assistência prestada se dê de maneira mais adequada e correta, considerando as especificidades inerentes.

Autores: Maria Ribeiro Lacerda, Clélia Mozara Giacomozzi, Samantha Reikdal Oliniski e Thiago Christel Truppel.

Revista: Saúde e Sociedade, maio-ago 2006, vol. 15, nº 2, pp.88-95.

Gestão de sistemas regionais de saúde: um estudo de caso no Rio Grande do Sul, Brasil

Este trabalho tem como objetivo analisar o sistema de gestão de uma região de saúde no Rio Grande do Sul, Brasil, tendo como referencial para análise a Teoria das Macroorganizações. O estudo segue uma abordagem qualitativa e utiliza como estratégia metodológica o estudo de caso. O sistema de gestão da 6ª Coordenadoria Regional de Saúde (CRS) teve a conformação de uma missão clara e incorporada pelos seus trabalhadores como fator potencializador das práticas de organização do sistema de saúde. Apesar disso, o modo como os coordenadores organizam o seu tempo tem desviado seus olhares para problemas emergenciais e rotineiros, em detrimento de questões importantes. A 6ª CRS fortaleceu o controle social para imprimir maior responsabilidade na região, no entanto o controle técnico da qualidade deixou a desejar, uma vez que não há objetivos, metas e prestação de contas por resultados. A assessoria descentralizada aos municípios e o modelo de financiamento promoveram descentralização e autonomia, embora esta estratégia careça de articulação regional e de dispositivos gerenciais mais comprometedores.

Autores: Juliano de Carvalho Lima e Francisco Javier Uribe Rivera.

Revista: Cad. Saúde Pública, out 2006, vol.22, nº

10, pp.2179-2189.

Microorganismos patogênicos e temperaturas de exposição de carne bovina servida em restaurantes self-service da cidade de Natal (RN), Brasil

O objetivo deste trabalho foi avaliar a qualidade microbiológica de preparações à base de carne bovina de dez restaurantes self-service e os perigos relacionados à temperatura de exposição. Cinquenta amostras foram analisadas quanto a pesquisa de *Salmonella* spp, contagem de coliformes a 45°C (coliformes fecais), *Escherichia coli*, *Staphylococcus aureus*, *Bacillus cereus* e contagem de clostrídio sulfito redutor.

Autores: Maria Batista de Deus, Nély Holland, Célia Márcia Medeiros de Moraes e Tânia Lúcia Montenegro Stamford.

Revista: REVISA, out-dez 2005, vol. 1, nº 4, pp. 237-245.

O direito à prevenção e os desafios da redução da vulnerabilidade ao HIV no Brasil

O estudo analisa a resposta brasileira em contraste com as metas estabelecidas para a prevenção do HIV/Aids pela UNGASS. Analisaram-se pesquisas nacionais, documentos e informações do Programa Nacional de DST/Aids e dos planos de ações e metas estaduais. O Brasil conta com vários programas de prevenção que atendem às metas da UNGASS propostas para 2005. Incluem o confronto do estigma e da discriminação, o estímulo ao teste anti-HIV, a distribuição de preservativos, a troca de seringas, a abordagem franca da sexualidade nas escolas, a prevenção entre trabalhadores do sexo e homossexuais e nos locais de trabalho, que resultaram no crescimento da testagem e do uso do preservativo masculino. Foram discutidos vários desafios: superar a descontinuidade das ações, especialmente junto a alguns grupos mais vulneráveis; capacitar equipes de prevenção; ampliar o monitoramento da qualidade e quantidade das ações de prevenção; superar as desigualdades regionais, de raça e de gênero. Concluiu-se que o direito à prevenção não é prioridade nas instâncias públicas de controle social ou nas agendas do movimento social, como tem sido o direito ao melhor tratamento dos portadores do HIV. Para ampliar a efetividade dessas ações, sugere-se compreendê-las e pactuá-las tendo como referência a promoção e garantia de direitos humanos, abrindo espaços para o debate ético-político no nível local e nacional.

Autores: Vera Paiva, Ligia Rivero Pupo e Renato Barboza.

Revista: Rev. Saúde Pública, abr 2006, vol. 40 supl, pp.109-119.

Consultas Públicas

Consulta Pública nº 58, de 21/09/2006

Proposta de criação do Cadastro Nacional de Voluntários em Estudos de Biodisponibilidade e Bioequivalência – CNVB/ANVISA que visa controlar e monitorar a participação de voluntários em estudos clínicos (prazo aberto de 45 dias para sugestões a contar da data de publicação).

Consulta Pública nº 57, de 13/09/2006

Proposta de Resolução RDC nº 135 de 29 de maio de 2003, relativa ao Regulamento Técnico para Medicamentos Genéricos que possibilita o registro de medicamentos genéricos contraceptivos orais e hormônios endógenos de uso oral e a inclusão do Protocolo de Estudo de Biodisponibilidade Relativa para contraceptivos, hormônios endógenos, ciclosporina e micofenolato de mofetila (prazo aberto de 45 dias para sugestões a contar da data de publicação).

Consulta Pública nº 56, de 13/09/2006

Proposta de Resolução RDC nº 133 de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre o Registro de Medicamento Similar com relação à documentação do fabricante do fármaco e a inclusão do Protocolo de Estudo de Biodisponibilidade Relativa para contraceptivos, hormônios endógenos, ciclosporina e micofenolato de mofetila (prazo aberto de 45 dias para sugestões a contar da data de publicação).

Consulta Pública nº 55, de 11/09/2006

Proposta de Instrução Normativa Conjunta que estabelece critérios e procedimentos a serem adotados para estabelecimento de limites máximos de resíduos (LMR) para as culturas com suporte fitossanitário insuficiente e para a inclusão destas culturas na monografia dos agrotóxicos registrados para uso agrícola (prazo aberto de 45 dias para sugestões a contar da data de publicação).

Para ter acesso a outras Consultas Públicas deste ano, consulte o endereço:

www.anvisa.gov.br/scriptsweb/consulta_publica/consultas_paginado.asp?ano=2006. Para consultas públicas de anos anteriores, acesse: www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm

Eventos

X Congresso Brasileiro de Informática em Saúde *Informática em Saúde e Cidadania*

14 a 18 de outubro de 2006

Instituição: Sociedade Brasileira de Informática em Saúde

Florianópolis - SC

III Simpósio Brasileiro de Síndrome Pós-Poliomielite (SPP)

20 a 21 de outubro de 2006

Associação Brasileira de Síndrome Pós-Poliomielite
Câmara Municipal de São Paulo

Seminários gerais da Faculdade de Ciências Farmacêuticas do Câmpus de Araraquara - UNESP *Vacinas para prevenir câncer: a lição aprendida com o câncer do colo do útero*

Luisa Lina Villa - Instituto Ludwig de Pesquisa sobre o Câncer

26 de outubro de 2006

Sala 306 do prédio do Departamento de Ciências Biológicas da FCF - Câmpus

III SIMBRAVISA - Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária

Vigilância Sanitária, risco e desigualdade: quem se importa?

26 a 29 de novembro de 2006

Centro Sul - Florianópolis - SC

Informações: www.simbravisa.com.br

X Congresso de la Asociacion Latinoamericana de Medicina Social (ALAMES)

“Equidad y derecho a la Salud: Un Imperativo Ético Global”

15 a 18 de julho de 2007

Hotel Pestana - Salvador - Bahia

Informações: www.geocities.com/alamesgeneral

III SIMBRAVISA - Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária

“Vigilância Sanitária, risco e desigualdade: quem se importa?”

26 a 29 de novembro de 2006

Centro Sul - Florianópolis - Santa Catarina

Expediente

Publicação mensal eletrônica do Boletim GTVISA - ABRASCO
Comissão colegiada do GTVISA: Diana Carmem de Oliveira, Andre Gemal, Maria Cristina Marques, Marisa Carvalho e Vera Maria Bacelar
Coord. editorial: profa. Maria Cristina Marques e Paula Kamikadan
Informações: paulak@usp.br